

### **Servidores não abrirão mão da campanha salarial**

Mais uma vez o governo tenta desabonar os servidores federais junto à população. Mas os funcionários públicos não vão abrir mão de sua campanha salarial. O lançamento da campanha, que irá unificar os fóruns (Fonasefe e Fonacate), acontece no dia 12 de fevereiro.

A maioria dos servidores do Executivo está com salários congelados há mais de dois anos. O percentual (33%) que deverá ser reivindicado é o mesmo de 2019. Mas não apenas de reajuste será a pauta da Campanha Salarial 2020.

Os servidores vão continuar reivindicando a revogação imediata da EC 95, que congela os investimentos públicos por 20 anos; uma política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias; o cumprimento do direito a data-base, que deverá ser fixada em 1º de maio; direito irrestrito a greve e negociação coletiva, com base na convenção 151 da OIT; isonomia salarial e dos benefícios entre os poderes; manutenção da estabilidade no serviço público; entre outros pontos.

### **Greve Geral**

Diante dos ataques constantes aos servidores e ao serviço público brasileiro, a possibilidade de uma greve da categoria não está descartada. No próximo dia 13 de fevereiro será realizada uma plenária nacional que irá apontar os rumos da mobilização dos servidores. A plenária deve reforçar a participação da categoria em 18 de março, Dia Nacional de Luta convocado pelas centrais sindicais em Defesa do Serviço Público, Estatais, Emprego e Salário, com protestos e greves em todo o Brasil.

### **Categorias da União vão intensificar diálogo com parlamentares para frear corte salarial**

A redução de jornada e salário de servidores públicos em períodos de crise financeira (prevista na PEC emergencial que está no Congresso) e a reforma administrativa que o governo de Jair Bolsonaro enviará ao Parlamento estão no centro das atenções do funcionalismo. E as categorias querem intensificar as conversas (e a pressão) com parlamentares para frear essas medidas, sendo que o corte salarial é o maior motivo das preocupações.

Somado a isso, representantes dos servidores querem abrir um canal de diálogo com governistas para conter projetos que, segundo o conjunto das categorias, significam "perda de direitos".

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial é uma das previstas no Plano Mais Brasil, que engloba outros projetos (todos com a finalidade de enxugar despesas obrigatórias, como vencimentos dos funcionários públicos).

Já a PEC da reforma administrativa ainda será encaminhada ao Congresso. No entanto, já vem recebendo forte apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O projeto vai reformular regras do serviço público e abrir caminho para outros projetos mais específicos serem enviados ao Legislativo.

### **Paralisação**

Enquanto tentam dialogar com o Executivo e parlamentares (não só sobre a reforma, mas em especial sobre os cortes de vencimentos), as categorias já estão se mobilizando para fazer uma paralisação em 18 de março (quando será o Dia Nacional de Luta em Defesa do Serviço Público), como já indicado pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe).

### **Governo criou factóide com militares no INSS, dizem funcionários do Órgão**

Funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dizem que o governo criou um grande factóide ao anunciar a contratação de 7 mil militares para colocar os processos em dia e reduzir as filas de pedidos

de benefícios. Eles não darão conta do trabalho, não na velocidade prometida pelo presidente Jair Bolsonaro.

Segundo integrantes do INSS, a ideia de contratação de militares surgiu do nada, porque não se tinha nada de concreto a ser feito. O instituto está sucateado, apesar de o governo propagar a história do INSS digital, que mais de 90 serviços podem ser realizados por meio da internet.

“O INSS tem, sim, que passar por uma grande reestruturação, mas nada foi feito pelo atual governo nem pelos anteriores para modernizar de verdade o sistema de gestão”, afirma um gerente de um dos mais movimentados postos de atendimento do Distrito Federal.

Ele ressalta que sai governo, entra governo, tudo continua na mesma. “Por isso, impera o descaso no atendimento, sobretudo aos mais pobres, pois aqueles que têm amigos no poder furam as filas de atendimento, têm tratamento vip”, ressalta o mesmo gerente.

### **Tempestade perfeita**

Para técnico, os militares contratados terão que passar por um amplo processo de treinamento. “Não será da noite para o dia que vão resolver tudo. Estamos falando de um trabalho complexo, que demanda tempo para aprendizado”, frisa. “Pelo que fomos informados, nem se sabe quem são esses militares. Ou seja, anunciam coisas sem combinar o jogo.”

Os funcionários do INSS dizem que o atual governo sabia de todos os impactos da aprovação da reforma da Previdência nos sistemas de concessão de benefícios, mas não fez nada de efetivo para preparar o órgão para as mudanças. E mais: boa parte dos processos encaixados deu entrada no INSS antes da reforma. Portanto, os processos já poderiam ter sido solucionados.

O que se fez, em vez de agilizar o atendimento do INSS, foi criar uma série de burocracias para a concessão de benefícios. O governo se preocupou em reter os processos para não aumentar a fatura com aposentadorias. Deu no que deu. “Estamos assistindo no INSS a tempestade perfeita: falta de pessoal, governo despreparado e mudança de regras”, completa outro funcionário do INSS.

### **Governo federal anuncia mais corte de cargos em 2020**

O governo federal fará mais uma rodada de corte de cargos nos quadros do funcionalismo público nos próximos meses. Em café da manhã com jornalistas, o secretário-especial de desburocratização, gestão e governo digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, adiantou a redução.

O novo corte de cargos ocorrerá ainda no primeiro semestre. O governo, contudo, não detalhou quantas vagas e quais órgãos e carreiras serão afetadas.

Somente em 2019, a pasta extinguiu 26,5 mil cargos que estavam vagos e tiveram fechamento imediato. Outros 14,3 mil estão ocupados, mas deverão deixar de existir após vacância. “Isso serve para verificar eventuais cargos obsoletos”, destacou.

Em dezembro, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) editou três decretos que extinguem juntos 61,5 mil cargos entre comissionados, de confiança e postos extintos.

Para se ter dimensão dos cortes do primeiro ano de gestão, Bolsonaro enxugou o quadro em um número 31% maior do que o do ex-presidente Michel Temer (MDB), que realizou o que, até então, tinha sido o maior corte da história ao acabar com 42 mil cargos durante o mandato.

Em comparação com a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que cortou 3 mil cargos, a redução promovida por Bolsonaro é 20 vezes superior. Ao todo, o governo federal mantém mais de 600 mil servidores.

### **Reforma administrativa**

Esta é mais uma das mudanças no funcionalismo público. Em fevereiro, o governo pretende enviar ao Congresso a reforma administrativa. Segundo Uebel, os principais pontos já estão determinados. Ele adiantou que a lei não mexerá em salários nem de servidores atuais nem daqueles que serão admitidos após a reforma.

“A reforma administrativa vai criar um novo arcabouço legal para novos servidores. Estabilidade, remuneração e demissão dos atuais servidores não mudará. Os atuais terão ajustes que ainda serão apresentados, mas nada estrutural”, destacou.

### **Calendário de Atividades**

- **17/01** – Palestra - A reforma no regime geral de previdência e seus impactos para aposentados e os quase aposentando – Sede da CUT/MG;



Advogados da Assessoria Jurídica do SINDSEP-MG, durante palestra na CUT/MG sobre reforma da Previdência, no dia 15/01.



Assembleia no Núcleo Regional Norte de Minas norte para encaminhamento das deliberações do ato do dia 24/01, na Praça Doutor Carlos.